

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**

PREGRÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 202207000347640

**OBJETO: Registro de preços para eventual contratação dos serviços de mão de obra
terceirizada de Motorista Executivo e Encarregado de Motorista.**

CONFIANÇA - SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM MÃO DE OBRA LTDA., pessoa jurídica regularmente inscrita no CNPJ/MF sob nº. 01.030.016/0001-00, com endereço à Rua Doutor José Peroba, nº 149, Centro Empresarial Eldorado, Sala 202, Stiep, Salvador, Bahia, CEP 41.770-235, vem, à presença de V. Sra., apresentar suas

CONTRARRAZÕES

em face dos termos do recurso administrativo interposto pela licitante Alpha Terceirização LTDA, contra a decisão que, acertadamente, declarou a recorrida vencedora no certame, o que faz nos seguintes termos.

I – A VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PRECLUSÃO TEMPORAL PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

O processo administrativo licitatório é regido pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme se infere do art. 3º da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito:

Art. 3 - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa

para administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes aos correlatos."

No mesmo sentido são os ensinamentos do Jurista Celso Antônio Bandeira de Melo, conforme transcrição abaixo:

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como aliás, está consignado no art.41 da Lei 8.666."

in Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 535.

Nesse esteio, vejamos o dispõe o instrumento convocatório ao que interessa ao caso dos autos:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2022

(...)

4. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório por meio de petição de impugnação a ser encaminhada ao(à) Pregoeiro(a), via e-mail.

(...)

ANEXO IV

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Encarregado de Motorista	2	R\$ 5.939,40	R\$ 11.878,80	R\$ 142.545,60
2	Motorista Executivo I	60	R\$ 5.939,40	R\$ 356.364,00	R\$ 4.276.368,00
3	Motorista Executivo II	78	R\$ 11.305,53	R\$ 881.831,34	R\$ 10.581.976,08
4	Estimativa de Diárias	300	R\$ 300,00	R\$ 90.000,00	R\$ 1.080.000,00

Nessa perspectiva, a empresa recorrente teve a oportunidade de promover a impugnação ao edital de modo a promover a exclusão do pagamento de diárias do cálculo do valor estimado da licitação, conforme descrito no termo de referência.

Não tendo promovido a impugnação ao edital, a licitante, ora recorrente, anuiu com as condições estampadas no instrumento convocatório, que é lei entre as partes. Consectário lógico é a preclusão perpetrada para fins de questionamento das regras editalícias, na forma do disposto no art. 41 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

(...)

§ 2º **Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação** perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a

realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

No mesmo sentido é a jurisprudência pacificada nos Tribunais Superiores, conforme se extrai dos julgados ora trazidos à baila:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ

AGRAVO DE INSTRUMENTO 00007865920188030000

ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - FASES - EXIGÊNCIA EDITALÍCIA - NÃO IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - PRECLUSÃO.

1) O procedimento licitatório se desenvolve em etapas e a cada uma delas é aberta oportunidade para que os concorrentes apresentem impugnações e recursos antes de se passar à fase seguinte. Assim, superada a etapa anterior, é vedada aos licitantes a discussão de assunto referente à fase licitatória pretérita, porquanto configurada a preclusão.

2) Agravo de instrumento não provido.

Nessa perspectiva, infere-se que o caso dos autos, não há falar em afastamento da exigência editalícia no que pertine à obrigatoriedade de pagamento das diárias aos colaboradores, vez a preclusão perpetrado, o que induz à retidão da decisão proferida pela Comissão de Licitação.

II - A MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE DERROTADA. A INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA ALPHA.

É cediço que os valores constantes da proposta de preço ofertado pelo licitante hão de estar de acordo com aqueles praticados no mercado, na forma do quanto estampado no art. 43 da Lei nº 8.666/93, cuja redação segue abaixo transcrita:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com **os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente**, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

De mais a mais, a legislação federal que regulamenta a matéria determina que, na fase preparatória à licitação, seja realizada ampla pesquisa de preço para formulação do Termo de Referência que é parte integrante do edital, conforme se extrai do art. 15 da Lei nº 8.666/93:

Art. 15. **As compras**, sempre que possível, **deverão**:

I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º **O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.**

Paralelo a isso, extrai da legislação que regulamenta a matéria que cumpre ao Tribunal de Justiça de Goiás realizar a prévia pesquisa de mercado dos itens objeto da licitação, conforme redação aposta na Instrução Normativa nº 05/2014, alterada pela Instrução Normativa nº 03/2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme abaixo transcrito:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldepregos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§1º Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

§2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

§3º Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.

§4º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§5º Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores."

Nesse contexto, consta no Termo de Referência a estimativa de valores que serão pagos aos colaboradores a título de diária e, no entanto, a licitante Alpha deixou de cotar tais valores, ao arrempio do instrumento convocatório.

RESUMO DO PREÇO					
Item	Comarca	Categoria	Qdade.	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
1	Goiânia	Motorista Executivo I	39	R\$ 5.203,57	R\$ 202.939,23
2	Goiânia	Motorista Executivo II	78	R\$ 8.622,22	R\$ 672.533,16
3	Goiânia	Encarregado	2	R\$ 5.203,57	R\$ 10.407,14
4	Anápolis	Motorista Executivo I	4	R\$ 5.029,08	R\$ 20.116,32
5	Aparecida de Goiânia	Motorista Executivo I	4	R\$ 5.092,08	R\$ 20.368,32
6	Caldas Novas	Motorista Executivo I	1	R\$ 5.002,29	R\$ 5.002,29
7	Formosa	Motorista Executivo I	1	R\$ 5.029,08	R\$ 5.029,08
8	Goianésia	Motorista Executivo I	1	R\$ 5.029,08	R\$ 5.029,08
9	Goiás	Motorista Executivo I	1	R\$ 5.029,08	R\$ 5.029,08
10	Iporá	Motorista Executivo I	1	R\$ 4.975,78	R\$ 4.975,78
11	Itumbiara	Motorista Executivo I	1	R\$ 5.029,08	R\$ 5.029,08
12	Luziânia	Motorista Executivo I	3	R\$ 5.029,08	R\$ 15.087,24
13	Porangatu	Motorista Executivo I	1	R\$ 5.029,08	R\$ 5.029,08
14	Rio Verde	Motorista Executivo I	3	R\$ 5.029,08	R\$ 15.087,24
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 991.662,12
NOVECIENTOS E NOVENTA E UM MIL, SEISCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E DOZE CENTAVOS					
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$ 11.899.945,44
ONZE MILHÕES, OITOCENTOS E NOVENTA E NOVE MIL, NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS					

Vê-se, com isso, que o valor da proposta de preço apresentado pela licitante Alpha é manifestamente inexequível e, de certo, fora rechaçada pela Comissão de Licitação.

O **Parecer Jurídico** acolhido pela **Diretoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás** e transcrito pela pregoeira via chat no dia 02/12 esclarece qualquer dúvida referente à inclusão de diárias na planilha de custos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022 - CHAT LICITAÇÕES-E

02/12/2022 09:10:44:597 PREGOEIRO Sendo assim, foi emitido Parecer Jurídico (evento 89 do PROAD 202207000347640)

Transcreverei o teor conclusivo do parecer, considerando que o sistema licitações-e não oferece ferramenta para que, nesse momento, nossa unidade possa incluir anexos e, desde já, franqueio o acesso do documento que será encaminhado por email

02/12/2022 09:13:13:852 PREGOEIRO

02/12/2022 09:13:45:278	PREGOEIRO	"necessário asseverar que o Termo de Referência da contratação, ao tratar sobre a formação dos custos e apresentação das propostas, deixou claro a necessidade de apresentação por parte da empresa licitante
02/12/2022 09:13:51:831	PREGOEIRO	de todos os custos diretos e as despesas indiretas que envolvem a prestação dos serviços, conforme a seguir
02/12/2022 09:14:04:881	PREGOEIRO	14.1. Incluem-se na estimativa de preços dos serviços: tributos, tarifas e emolumentos; encargos sociais, insumos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal,
02/12/2022 09:14:11:534	PREGOEIRO	previdenciária e demais custos que envolvem a prestação dos serviços.
02/12/2022 09:14:42:665	PREGOEIRO	14.3. A empresa adjudicatária deverá apresentar a composição analítica para execução dos serviços, retificada em conformidade com o lance ofertado, de acordo com a(s) planilha(s) de custo e formação de preços,
02/12/2022 09:14:48:479	PREGOEIRO	demonstrando os valores unitários que representem os custos que influenciem de forma direta ou indireta na contratação.
02/12/2022 09:15:17:686	PREGOEIRO	Além disso, em consonância com os dispositivos citados, na planilha estimativa de custos, integrante do anexo IV do Edital (evento 61), consta expressamente, em seu item 4,
02/12/2022 09:15:26:068	PREGOEIRO	a estimativa de diárias, com a definição estimada do seu quantitativo e valor unitário.
02/12/2022 09:15:38:395	PREGOEIRO	Assim, considerando, o indispensável respeito aos princípios da vinculação ao edital, bem como da isonomia dos participantes, consagrados em nossa Constituição Federal, outra não pode ser a conclusão senão a de que
02/12/2022 09:15:44:813	PREGOEIRO	, no caso em apreço, é necessário que as despesas reembolsáveis sejam previstas na composição de custos constantes nas propostas ofertadas pelas licitantes
02/12/2022 09:16:09:989	PREGOEIRO	Por todo o exposto, e alicerçada nos documentos e informações que instruem estes autos, com fulcro nos princípios de vinculação ao instrumento convocatório, bem como da isonomia dos participantes, manifesto-me, in casu,
02/12/2022 09:16:19:020	PREGOEIRO	pela necessidade de inclusão das despesas reembolsáveis, pagas a título de diárias, na planilha de composição de custos ofertadas pelas empresas licitantes
02/12/2022 09:18:05:393	PREGOEIRO	Eis o parecer que submeto à apreciação superior."
02/12/2022 09:18:39:475	PREGOEIRO	O parecer jurídico em tela foi acolhido pela Diretoria Geral deste Tribunal de Justiça, que concluiu que alicerçado nos documentos e informações que instruem os autos, nos seguintes termos:
02/12/2022 09:19:01:481	PREGOEIRO	"...acolho o parecer retro para, com fulcro no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, bem como da isonomia dos participantes, deliberar pela necessidade, in casu, de inclusão das despesas reembolsáveis, pagas a título de diárias,
02/12/2022 09:19:11:805	PREGOEIRO	na proposta apresentada pela empresa licitante.
02/12/2022 09:29:53:639	PREGOEIRO	Em momento anterior, nos termos do termos do art. 48 do Decreto Estadual 9.666/2022 e do item 29.1 do edital, foi oportunizada diligência à atual arrematante
02/12/2022 09:31:15:424	PREGOEIRO	Salientando-se a observação de que o valor total da proposta comercial deverá especificar os itens previstos no Anexo IV do Edital - Planilha

(...) Foi concedido à empresa recorrente diversas oportunidades de corrigir a sua planilha de custos, incluindo o valor das diárias/deslocamentos no valor total da sua proposta e mantendo o valor do seu último lance ofertado no sistema do Licitações-e.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022 - CHAT LICITAÇÕES-E

03/11/2022 14:24:59:067	PREGOEIRO	5- A empresa deixou de cotar os valores referentes ao item 5.3.4 do Termo de Referência, que se refere ao pagamento de diárias em caso de deslocamento.
03/11/2022 14:25:14:319	PREGOEIRO	Citação item 5.3.4 do Termo de Referência
03/11/2022 14:25:35:137	PREGOEIRO	Assim, para esta Diretoria Financeira atestar a viabilidade econômica da proposta apresentada solicita que a empresa demonstre em sua composição de custo total cobrado pela execução dos serviços
03/11/2022 14:25:54:425	PREGOEIRO	as diárias previstas no Termo de Referência, conforme item 11.2 do Edital e seu Anexo VI.

A empresa ajustou a planilha adicionando o custo referente as diárias/deslocamento, onde consequentemente majorou o seu preço final, superando o valor do seu último lance registrado no sistema. Diante do exposto, enviou para a comissão e alegou que as diárias não deveriam ser objeto de disputa, conforme registro no chat.

REF.:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022
CARTA PROPOSTA	
<p>O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de apoio administrativo para atender às necessidades do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e nos anexos que o complementam.</p>	
Empresa	ALPHA TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
CNPJ/MF	05.456.176/0001-76
Endereço	AVENIDA DONA MARIA CARDOSO, QD. 26, LT. 04, SOBRELOJA, BAIRRO JARDIM LUZ, CEP.: 74.915-520, APARECIDA DE GOIÂNIA - GOIÁS
Telefax	62 3277-1460
Banco	BANCO DO BRASIL S. A.
Agência	4148-3
Conta corrente	19.763-7
<p>O preço global a ser cobrado pela execução dos serviços é de: R\$ 12.979.891,08</p> <p>DOZE MILHÕES, NOVECENTOS E SETENTA E NOVE MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E OITO CENTAVOS</p>	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022 - CHAT LICITAÇÕES-E

06/12/2022 14:19:21:631	PREGOEIRO	Dando continuidade à diligência promovida, com fulcro art. 38 do Decreto Estadual n.º 9.966/20, assim como o item 29.1 do Edital, solicitamos que a empresa detentora do menor preço, apresente a proposta e planilha de custos
06/12/2022 14:19:44:428	PREGOEIRO	Com a observação de que o valor total da proposta comercial deverá especificar os itens previstos no Anexo IV do Edital Planilha, cujo valor total não podem ultrapassar o valor do seu lance final.
06/12/2022 14:21:58:266	ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA	Sra. Pregoeira, boa tarde.
06/12/2022 14:23:21:732	PREGOEIRO	Sendo assim, em cumprimento ao princípio do interesse público, competitividade e o da busca da proposta mais vantajosa para administração, promovemos o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentação do solicitado.
06/12/2022 14:24:28:193	ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA	A proposta da ALPHA TERCEIRIZAÇÃO LTDA. cumpre todos os itens editalícios. O edital, em nenhum de seus itens, estabelece que do lance deverá constar o valor das diárias. As diárias tem o valor fixo, determinado por esse Tribunal...
06/12/2022 14:24:34:664	PREGOEIRO	ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA, gostaria de manifestar algo?
06/12/2022 14:24:42:878	ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA	...e que não deve ser objeto de disputa.
06/12/2022 14:25:20:708	ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA	Sendo assim não há o que retificar em nossa proposta.
06/12/2022 14:26:48:719	PREGOEIRO	Prezada ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA, o parecer jurídico e despacho da Diretoria Geral já foram compartilhados nesse chat, com posicionamento final deste Tribunal quanto à inclusão das diárias no valor total da contratação.

Após diversas tentativas da comissão em realizar os ajustes necessários na planilha da Alpha para obter assim a proposta mais vantajosa para este órgão, a recorrente foi taxativa ao garantir que a empresa cumpriu todos os itens editalícios e que o Edital em nenhum de seus itens, estabelece que o lance deveria constar os valores das diárias, contradizendo a resposta do Parecer Técnico citado pela pregoeira via chat no dia **02/12/2022**. A mesma, também, repetiu diversas vezes que não havia mais nenhum ajuste a ser feito em sua planilha.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2022 - CHAT LICITAÇÕES-E

06/12/2022 14:25:20:708	ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA	Sendo assim não há o que retificar em nossa proposta.
06/12/2022 14:46:34:709	ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA	Sra. Pregoeira, como já informado anteriormente não há o que retificar na proposta da ALPHA TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
06/12/2022 14:48:26:537	ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA	Sra. Pregoeira, como já informado anteriormente não há o que retificar na proposta da ALPHA TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
15/12/2022 16:35:39:862	PREGOEIRO	a empresa ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA manifestou-se expressamente que não havia o que ser ajustado na proposta.
15/12/2022 16:45:52:910	PREGOEIRO	Em 06/12/2022, ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA respondeu que a empresa não teria mais o que retificar em sua proposta.
15/12/2022 16:47:52:354	PREGOEIRO	do Edital e seus Anexos, ALPHA TERCEIRIZACAO LTDA foi desclassificada.

É cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório **obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.**

A doutrina consagrada pelo Eminent Administrativista Marçal Justen Filho é assente ao discorrer o seguinte:

“Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, **será indispensável a apresentação dos documentos** correspondentes por ocasião da fase de habilitação”.

Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305.

A jurisprudência do TCU – Tribunal de Contas da União é assente no sentido de entender manifestamente ilegal a apresentação de proposta inexecutável, vez a necessidade de manutenção da regularidade do serviço público a ser ofertado pelo particular, conforme se extrai dos julgados abaixo trazidos à baila:

Acórdão TCU nº 697/2006 - Plenário, proferido pelo eminente Ministro Ubiratan Aguiar:

(..)

9. A desclassificação de propostas em razão de preço tem por objetivo evitar que a administração contrate bens ou serviços por preços excessivos, desvantajosos em relação à contratação direta no mercado, ou inexequíveis/irrisórios, que comprometam a satisfação do objeto almejado com consequências danosas à administração.

10. No que se refere à inexecuibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela **satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada.**

[Acórdão TCU 839/2020 - 1ª Câmara] REPRESENTAÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA POR CRITÉRIO NÃO PREVISTO NO EDITAL. PROCEDÊNCIA. ASSINATURA DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO ATO. POSSIBILIDADE DERETOMADA DO CERTAME. CIÊNCIA DE OUTRAS IMPROPRIEDADES. ARQUIVAMENTO.

1. Não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal, sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa e não conduz, necessariamente, à inexecução da proposta (Acórdão 325/2007-TCU-Plenário).

2. A desclassificação de proposta por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados. (Acórdãos 2.528/2012 e 1.092/2013, ambos do Plenário).

38. Ou seja, o próprio colendo Tribunal de Contas da União, possui o entendimento de que deve haver uma compreensão entre a busca pela satisfação do interesse público, levando em consideração as condições vantajosas para a Administração. Ainda mais, **na hipótese de desclassificação da proposta por inexecuibilidade, exige-se que a administração proceda com a desclassificação por meio de critérios previamente publicados.**

Outrossim, é cediço que o licitante há de atender ao edital para fins de atendimento dos requisitos voltados à habilitação do mesmo no certame, em atenção aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade estampados no art. 3º da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 3º - **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio** constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos **da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesse esteio, infere-se o inquestionável desatendimento da exigência estampada no instrumento convocatório pela Alpha em razão de a mesma não ter cotado os valores das diárias dos colaboradores, o que induz à manifesta e necessária desclassificação da mesma no certame.

A proposta de preço apresentada pela licitante Alpha é manifestamente inexequível e fere de morte o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e, com isso, infere-se a retidão da decisão que procedeu à desclassificação da mesma no certame, nos termos do art. 43 da Lei nº 8.666/93 de modo a assegurar o interesse público na manutenção da costumeira excelência na prestação de serviço pela municipalidade.

III – CONCLUSÃO E PEDIDOS:

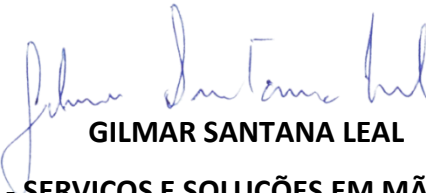
Assim, infere-se a manifesta improcedência do recurso administrativo interposto pela licitante derrotada, vez desprovido de fundamentação legal e constitucional válida, o que induz à manutenção da decisão proferida pelo Eminent Pregoeiro, vez pautada na legislação que regulamenta a matéria, bem como vinculada ao instrumento convocatório, atestando, com

isso, que a Alpha descumpriu o edital e a legislação que regulamenta a matéria, o que ensejou sua desclassificação no certame, acertadamente.

Termos em que

Pede deferimento.

Salvador, 22 de dezembro de 2022.



GILMAR SANTANA LEAL

CONFIANÇA - SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM MÃO DE OBRA LTDA

CNPJ/MF nº. 01.030.016/0001-00

